

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NO ESTUDO DA REDE URBANA REGIONAL

Sandra Cristina Ferreira
sheidecke@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro Sul do Paraná/UNICENTRO

RESUMO

Propomos neste artigo, discutir o emprego da Formação Socioespacial (FSE), enquanto método para estudos sobre rede urbana regional. A proposta teórica e metodológica apresentada por Milton Santos em meados da década de 1970 derivou-se da teoria da Formação Econômica e Social - (FES), apoiada nos fundamentos da economia política e do materialismo dialético de Marx. A discussão toma nova dimensão, principalmente, nas relações socioespaciais a partir da abordagem realizada por Milton Santos e por alguns outros autores. Pretendemos trazer a discussão e a abordagem para a escala regional, no âmbito da rede urbana, afim de apreender a gênese, a dinâmica e o funcionamento da rede urbana regional, considerando o movimento sociedade-espaço, como unidade fundamental da totalidade.

Palavras chave: Formação socioespacial, cidade, rede urbana, região.

SOCIAL SPACE FORMATION AS A TRAINING THEORY AND METHODOLOGY IN THE STUDY OF REGIONAL URBAN NET

ABSTRACT

We consider in this article, to use Social Space Formation (SSF), while method for studies on regional urban net. The proposal theoretical and methodological presented by Milton Santos in middle of the decade of 1970, was derived from the theory of the Economic and Social Formation - (ESF), and supported in the beddings of the economy politics and the dialectical materialism of Marx. The discussion takes new dimension, mainly, in the social space relations from the boarding carried through by Milton Santos and some other authors. We intend to bring the discussion and the boarding for the regional scale, in the scope of the urban, similar net to apprehend genesis, the dynamics and the functioning of the regional urban net, considering the movement society-space, as basic unit of the totality.

Key words: Social space formation, city, urban net, region.

INTRODUÇÃO

A construção do processo de formação e desenvolvimento de uma rede urbana regional perpassa por um complexo caminho a ser percorrido indo além das comparações escalares. Envolve processos históricos, políticos e econômicos, que por meio das ações de agentes sociais inscrevem no espaço seus resultados. O sentido não linear dos acontecimentos é o que torna a proposta de trabalho um exercício desafiador, ao buscar na relação indissociada entre espaço e tempo as conjecturas que apoiaram, conduziram e permitiram a formação e a evolução da rede urbana regional, enquanto parte manifesta de uma totalidade social e espacial em constante mudança.

Recebido em 08/03/2010

Aprovado para publicação em 22/02/2011

O estudo sobre rede urbana, principalmente enquanto tradição nas pesquisas geográficas no Brasil tem seu início segundo Corrêa (1999, p.115) em meados do século XX, mais precisamente 1956, durante o Congresso Internacional de Geografia, sediado no Rio de Janeiro. Desde então, vários pesquisadores tem desenvolvido estudos sobre a temática, que toma maior vulto, a partir da década de 1990, quando a simultaneidade entre os acontecimentos é veementemente percebida, anunciando um novo paradigma de comportamento e desenvolvimento para a sociedade e o espaço em diferentes escalas geográficas.

A fim de apreender a dinâmica e o funcionamento da rede urbana regional, elegemos o emprego da Formação Socioespacial (FSE) enquanto categoria de análise proposta por SANTOS (1977), derivada da teoria da Formação Econômica e Social - (FES) apresentada por Marx. Outro desafio baseia-se no fato de a proposta de Santos, ter sido elaborada visando ao entendimento da totalidade espacial em macro escala, enquanto pretendemos empregá-la sob nova dimensão escalar: da rede urbana regional .

Embora, cientes dos riscos a que podemos incorrer, acreditamos que esta categoria empregada no âmbito da região-rede, permite a realização do estudo em profundidade, com uma análise no sentido sincrônico e diacrônico, desde a gênese à formação atual da região e da rede. A periodização histórico-social revela-se como apoio metodológico demonstrando que os eventos em seu marco cronológico representam uma ordem e uma dinâmica própria e que as relações de produção estabelecidas a cada período, expressam a intensidade do processo segundo as condições gerais de produção. Atentamos ainda para o fato de que, segundo Santos (1996, p.135) “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitira uma correta noção da realidade”.

Pretendemos assim, além da tentativa de recuperar a discussão sobre a abordagem sugerida, instigar a novas contribuições nessa perspectiva teórica e iniciar uma argumentação sobre a possibilidade de estudos da rede urbana regional a partir da Formação socioespacial. Nesse sentido, apresentamos uma breve discussão teórica sobre a Formação Econômica e Social e Formação Socioespacial, seguida de uma argumentação sobre o emprego desta categoria para o estudo da rede urbana, neste caso específico, da rede urbana regional.

A GEOGRAFIA E O CAMPO TEÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

A Formação Socioespacial, consiste numa categoria derivada da Formação Econômica e Social enquanto modelo teórico de Marx, utilizada em obras clássicas do materialismo histórico dialético, criada e empregada num contexto político-econômico de extrema importância para o desenvolvimento do pensamento científico, sobretudo, no pensar sobre a sociedade e a economia.

Tal formulação demonstra profunda inclinação às questões históricas e econômicas, como pode ser constatado nas obras: Introdução de 1857 da Crítica da Economia Política, O 18 Brumário de Luis Bonaparte, O Capital e A ideologia Alemã. Parte da literatura sobre a discussão referida constitui-se em releituras, o que sugere apresentar no campo teórico, diferentes interpretações.

O interesse explícito de Milton Santos por essa categoria enquanto base para a formulação da proposta de FSE, revela-se em meados da década de 1970, numa busca empreendida pelo autor a compreender o significado da dimensão espacial contido na FES e, assim, revelar a "inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social e desenvolver uma reflexão original, visando conduzir a uma teoria do espaço, apoiada nos pressupostos da construção intelectual de uma outra categoria: de formação sócio-espacial" (SANTOS, 1979, p.19).

No início dos anos de 1970, sob o paradigma da Geografia Crítica, a geografia marxista também era disseminada ganhando vários seguidores a partir da introdução da teoria e do método marxista e, a geografia de cunho marxista, segundo Soja (1993, p.57), “desenvolveu-se primordialmente em países anglófonos a partir dos anos 1970. Entretanto suas bases firmadoras foram francesas, destacando o espaço enquanto preocupação central, reassumindo nas tradições intelectuais francesas no século XX”.

A discussão entorno da teoria espacial e a espacialização do materialismo histórico, teve importantes defensores como David Harvey, argumentando que “a geografia histórica do

capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização e o materialismo histórico geográfico o método de investigação." (HARVEY, 1985, 14) *apud* SOJA(1993, p. 45). A produção da obra "A justiça social e a cidade" em (1973), representa parte da efervescência dessas discussões de cunho marxista.

Outros autores, (geógrafos, sociólogos, economistas, arquitetos), participaram dos debates propondo novos aportes teóricos para a construção de perspectivas de estudos como D. Gregory, Henry Lefebvre, Manuel Castells, entre outros que enfatizavam a importância da interação entre as estruturas sociais e espaciais nas pesquisas e produções teóricas em ciências humanas e sociais. A comunidade científica, assim como a sociedade mundial, segundo cada contexto político-econômico, vivenciava um momento de grande instabilidade representada pela bipolaridade e a repressão, sobretudo político-econômica. Na Geografia, a necessidade de renovação dos questionamentos e dos pressupostos teóricos, forçava a um reexame conceitual, num processo de libertação do pensamento positivista.

Alguns pesquisadores embrenhavam-se na busca por novas propostas teóricas e, sobretudo, metodológicas para enfrentar os desafios presente e vindouro para a compreensão da sociedade mundial que despontava mergulhada numa complexa divisão territorial e internacional do trabalho. Entre os esforços, aprofundava-se os debates sobre a espacialidade da vida social.

Envolto aos acontecimentos e debates da época, Milton Santos, com a categoria de FSE como teoria e método, pretende estudar dialeticamente a sociedade e o espaço. Reconhecemos nos trabalhos de Milton Santos, uma pluralidade de expressões entorno da referida discussão, como em Santos 1977, 1978a e 1978b, apresentando respectivamente como Formação Social, Formação Econômica e Social e Formação Sócia Econômica com sentido muito próximo. Assim como, na formulação do conceito de Formação Espacial e Formação Socioespacial de 1996.

Esclarecemos que adotamos essa última forma de redação, por enxergarmos nela uma clara aproximação da prática que pretendemos desenvolver, estudar e pesquisar a rede urbana entendendo-a como uma relação conjunta e contínua entre a sociedade e o espaço, pois, mais do que a Formação Socioeconômica é a Formação Socioespacial, que exerce esse papel de mediador: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas. (SANTOS, 2004, p. 270).

A construção dessa categoria de análise geográfica, ao que indica a literatura, não teve grande aceitação, permanecendo alheia aos círculos de debates e às produções teóricas e aparece menos ainda enquanto prática metodológica. Certamente, sua utilização implica na compreensão ontológica do espaço e do tempo e sua manifestação através das relações sociais. É Kant quem vai conceber "o tempo e o espaço como categorias filosóficas fundamentais para a compreensão da realidade. "Sem estas, a existência não seria possível, porque não se pode conceber nada antes, depois ou mesmo sem tempo e espaço" (SPOSITO, 2004, p. 97).

O pensamento e produções sobre os conceitos de espaço e tempo, explicita uma dificuldade em concebê-los em conjunto, geralmente, sendo foco de interpretações isoladas. Talvez pela reconhecida dificuldade do exercício, poucas obras, embora muitos tenham tentado, conseguiram êxito ao permearem ao campo da abstração, entendendo que embora "o espaço não [seja] uma simples tela de fundo, inerte e neutro, [as suas] "formas-conteúdo são subordinadas e até determinadas pelo modo de produção" (SANTOS, 1979a, p.16).

O modo de produção, seja primitivo, comunitário, feudal, capitalista, enfim, acontece num dado espaço, num dado período de tempo, entretanto, a condição de homogeneidade socioespacial é descartada. A estrutura político-ideológica da sociedade estabelece a produção social do espaço, legitimando através das formas espaciais, as ações, o nível de complexidade das funções e das relações praticadas no grupo. Na perspectiva capitalista, "todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção, circulação, distribuição, consumo), são históricos e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social" (SANTOS, 1979a, p.14). Ainda, segundo os pressupostos do método marxista, "o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais freqüentemente lhes provém os impulsos" (SANTOS, 1979a, p.10).

O movimento em conjunto presente no quadro diferenciado das sociedades revela a dimensão inter-escalar como a ponte de articulação entre a região a rede e o e o mundo. A FSE permite a análise dessa relação que pode ser realizada por meio do entendimento dos agentes e processos que participam da produção social do espaço no decorrer do tempo.

REDE URBANA REGIONAL: DA UNIDADE À TOTALIDADE

As cidades que compõem uma região assumem formas espaciais e funções enquanto produto da sociedade que a constrói por meio do trabalho num dado modo de produção. O recorte espacial da região, para o estudo da rede urbana, é indispensável pela interação existente entre ambas (região-rede), ao passo em que as cidades inseridas no contexto da região podem influenciar a rede. Do mesmo modo, as cidades integrantes da rede urbana regional influenciam e são influenciadas pela rede ao exercer seu papel produtivo. A intensidade dessa influência e sua materialização dependerão das condições gerais de produção existentes na região em questão e das habilidades² dos grupos locais.

Através da rede, a região se relaciona efetivamente com outras espacialidades, num movimento intenso de idéias, pessoas, mercadorias e informações formando “um conjunto de fixos (que servem para definir o lugar) e fluxos (as ações que atravessam ou se instalam nos fixos), que ao interagir expressam a realidade geográfica”, constituindo o espaço, por sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme Santos (2004, p.50).

Torna-se assim pertinente a compreensão da região por meio da FSE, ao entendê-la como: um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto do espaço contíguo, e que “[...] os homens tomam consciência dela, a medida em que constróem identidades regionais” mesmo que inseridos coletivamente num mesmo modo de produção (LENCIONI, 1999, p.100).

Conhecer o processo de construção da identidade regional conduzirá ao conhecimento do processo de constituição da rede urbana e seu entendimento a partir da individualidade regional. A rede pode ser visualizada num espaço contíguo em sobreposição às regiões, porém, a dinâmica e a complexidade apresentadas, recebem impulso das relações campo-cidade estabelecidas em escala regional. As regiões, por sua vez, não são autônomas ou limitadas a esse recorte, mas realizam trocas, impulsionam e recebem impulsos externos.

Rede urbana e região constituem unidades espaciais diferentes, mas não excludentes. Articulam-se através das cidades (pequena, média ou grande), geralmente responsáveis pela drenagem da renda extraída do campo e produtoras de bens de consumo diversos para a cidade e para o campo. Concentram pessoas, capital, e atividades múltiplas (administrativas, financeira, terciárias, pública e privadas entre outras) e representam papel ou papéis na DTT (Divisão Territorial do Trabalho).

São então as redes, centros urbanos articulados funcionalmente (CORRÊA, 1999). Para Rochefort (1998, p.19) “o estudo dessa realidade geográfica, repousa por conseguinte, em primeiro lugar, na análise dos tipos de centros de serviços e de suas respectivas zonas de influência, apreendendo-os, nas suas relações recíprocas.” Torna-se possível uma aproximação entre as duas concepções sobre rede urbana e a imbricação ao conceito de região, enquanto delimitação espacial que garante a organização socioeconômica da população.

Os papéis, assim como as formas assumidas pela rede, podem ser simples ou complexos, mas não como características definitivas. A participação da cidade na DTT e inserção na rede urbana acontece independente do número de habitantes e da extensão territorial da aglomeração, sendo mais significativo sua especialização produtiva no sentido qualitativo. O desempenho de algum papel nos ciclos de produção, circulação, distribuição, consumo, viabiliza a existência da cidade e sua inserção na rede urbana (CORRÊA, 2006).

Os ciclos anteriormente mencionados realizam-se partindo da relação campo-cidade que no capitalismo, segundo Corrêa (2006, p.31), “tornaram-se a relação entre cidade e região, e a rede urbana em seu funcionamento traduz esse relacionamento.” Na perspectiva do

² Essas habilidades referem-se à capacidade de organização, interações políticas e de investimentos para a reprodução do capital e seu reinvestimento.

materialismo histórico, “a região se submete à noção de formação econômica e social, aparecendo como “derivações de processos gerais”, portanto, a região se coloca como uma dimensão particular do processo de valorização do capital.” (LENCIONI, 1999, p. 171).

Embora articulado, o relacionamento entre campo-cidade, cidade-região, acontece de maneira desigual no tempo e no espaço numa construção histórica da relação entre o homem e a natureza. Cada cidade-região apresenta uma especificidade socioespacial, que para Corrêa (2006, p.40-41), “[...] resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes onde a periodização pode ser vista como a reconstrução do tempo espacial, isto é, a evidenciação dos momentos que caracterizaram o processo de elaboração da rede urbana e das formas criadas a cada momento.”

Faz-se necessário entender quais foram os períodos de transformação no modo e nas relações de produção presentes na região de pesquisa, sobre qual esquema repousa a consolidação da(s) cidade(s) na rede. Para isso, deve-se considerar o maior número possível de agentes envolvidos no processo, como se constituiu o poder político-econômico e a elite burguesa localizada na capital regional, a fim de realizar uma aproximação fiel da realidade e descobrir o momento em que a rede começou a ser desenhada.

Além dos agentes internos, há de se considerar a participação de agentes externos propulsores de desenvolvimento, geralmente representados por grupos econômicos com forte poder político-econômico que, segundo uma lógica própria, acrescentam novos processos que acarretam em transformações no espaço.

A incidência de desigualdades socioespaciais, na escala interurbana geralmente recai sobre cidades não privilegiadas pela preferência em investimentos por grupos econômicos, ao menos até que uma nova lógica capitalista se instaure e reconduza o processo, e-ou políticas públicas de desenvolvimento econômico acrescentem à cidade qualidades atrativas para o capital, abrindo possibilidades para o desenvolvimento humano.

Entendemos que a busca pela compreensão da rede urbana regional, perpassa pela gênese das cidades que a compõe, enquanto gênese da própria região, e o nível de articulação destas com outras regiões do país e do mundo. As diferenças socioespaciais explicam-se como resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, “a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (SANTOS, 1979b,14).

O nível de sofisticação das técnicas empregadas e a qualidade dos serviços oferecidos pela cidade primaz numa dada rede regional, ou por um conjunto de cidades num sentido de complementaridade, expressa a dinâmica da rede.

Por um lado, o poder de concentração exercido por um centro ou sub-centro regional, representa crescimento e destaque, favorecido pelas relações em rede. Por outro, essa concentração constitui-se em condição de dependência ou estagnação para outras cidades influenciadas e atraídas pelo centro urbano mais expressivo na rede urbana.

A articulação entre as cidades na rede, cabe afirmar, não obedece a uma rigorosa hierarquia como a apresentada por Walter Christaller na Teoria das Localidades Centrais (1966). Um mesmo centro urbano pode estender suas relações a mais de uma rede regional, como saltar essa escala direto pra um cenário nacional-internacional, assim como, não participar das atividades existentes em seu recorte político administrativo.

A complexidade de relações presentes no contexto regional, revela parte específica da dificuldade em realizar estudos e alcançar o entendimento das redes urbanas regionais. A naturalidade dos eventos quando despercebidos, pode representar a perda de detalhes cruciais ao entendimento e elucidação de questões pertinentes.

É preciso, portanto, lançar uma visão plural sobre os acontecimentos no espaço e no tempo. A pluralidade de agentes e processos favorece a compreensão da essência responsável por características e significados próprios a cada núcleo urbano, desde sua formação, denotando o sentido da região e da rede. Esse recorte espacial representa parte integrante na análise e entendimento da rede urbana nacional e sua articulação com outras redes de formação mundial.

As especificidades regionais, enquanto redes urbanas distintas, incluem a perspectiva de um recorte espacial subordinado, mas não menos importante, a um espaço total. As formações regionais não constituem apenas diferenciações de áreas, mas, apresentam particularidades que somam ao todo, levando em consideração, a mutabilidade dos fenômenos socioespaciais.

Considerando o exposto até aqui, acreditamos que para a Geografia interpretar o espaço como fato histórico, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS A CERCA DA PROPOSTA

Ao pensar e estudar a rede urbana regional a partir da formação socioespacial enquanto método, talvez estejamos realizando, como propunha Lefebvre, um convite para “retomar a dialética” num campo interpretativo diferente. Para nós, esse campo interpretativo seria o da rede urbana regional.

O espaço, enquanto produto da sociedade, apresenta-se como uma estrutura criada, comparável à outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições sociais. Exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.

Para Lefebvre (1976, p.31) *apud* Soja (1993, p. 58), “o espaço foi moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico”, e não podemos perder esse foco.

O resultado do entendimento da FSE tem sido geralmente aplicado à questões de planejamento econômico e social, identificando e atribuindo às cidades mais importantes o papel de propulsoras ou retransmissoras do desenvolvimento capitalista, (CORRÊA, 2006).

Mais importante que identificar a função das cidades num determinado contexto, é entender sua natureza a fim de prosseguir, não somente com a construção do arcabouço teórico, crucial para o avanço das pesquisas em geografia urbana, principalmente no tocante às redes, mas também, contribuir para a superação de desigualdades sócio-econômicas excessivas e incentivar a solidariedade na rede urbana.

Ao desconcentrar parte das atividades de serviços, comércio, administração pública entre outros, pode-se gerar melhores condições e qualidade de vida para a população de cidades menores ou mais dependentes, inclusive, no que tange aos repasses de recursos financeiros.

Nesse sentido, pensamos que a rede urbana, da mais simples às mais complexa, não está alienada da condição estrutural da economia e política, sendo a mesma também, uma construção política no espaço.

As características regionais constituídas através de um tempo que é histórico e também geográfico, acontece sob o movimento de uma sociedade mundial e os desígnios de um modo de produção. Nesse sentido, o capitalismo oferece caminhos diversos para sua reprodução e as diferenças quando não vistas como fraqueza, podem apontar o caminho para a valorização da(s) potencialidade(s) encontrada(s) em cada núcleo urbano.

Entendida como parte de uma totalidade, a rede urbana regional desempenha seu papel para a concepção da rede nacional, mundial, onde as cidades enquanto sistemas complexos, diferenciadamente participam da DTT.

Em busca do entendimento de como as diferenças entre cidades de uma mesma região são construídas e como isso influencia (positiva e ou negativamente) para o desenvolvimento da região e o papel das cidades na rede, empregamos a Formação Socioespacial, enquanto caminho a ser percorrido para a construção da gênese e desenvolvimento da região e, consecutivamente, da rede urbana regional, tendo a periodização como apoio no mesmo campo metodológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo. Ática, 1999.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: **Novos rumos da geografia brasileira**. Org.: Milton Santos. São Paulo. Hucitec, 4. Edição, 1996.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p.35-59, jun de 1977.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis. Vozes, 1979.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. IN: **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo. Hucitec, 3 edição, 1996.

_____. **A Natureza e seu Espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo. Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. Edusp, 2001.

SPOSITO, Eliseu Saverio. Conceitos. In: **Geografia e Filosofia. Contribuição para o pensamento geográfico**. São Paulo. Editora da UNESP. 2004, P.16,17.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas: Ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo. Hucitec, 1998, p.19,20.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Moderna: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.